

A região da cabeça do cachorro e suas associações políticas indígenas pensadas através de uma federação¹.

Renato Martelli Soares (USP)

Esta apresentação se concentra na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro cuja sigla e nome ao qual é referido mais comumente é FOIRN. Trata-se de uma instituição que congrega cerca de oitenta e nove² associações indígenas da região de três municipalidades amazonenses, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. A sede da FOIRN está no primeiro destes municípios, local onde foi fundada e no qual a maioria de suas associações filiadas está situada.

São Gabriel da Cachoeira, a partir daqui SGC, está em uma região conhecida como Noroeste Amazônico, Alto Rio Negro ou Cabeça do Cachorro. É desta região que a maioria dos dados e análises que trago aqui é composta. Em uma descrição geral feita por um trabalho conjunto entre o Instituto Socioambiental (ISA) e a FOIRN afirma-se que a região:

“é habitada há pelo menos três mil anos por um conjunto diversificado de povos indígenas. Atualmente, aí convivem vinte e dois povos indígenas que falam idiomas pertencentes a quatro famílias lingüísticas distintas: Aruak, Maku, Tukano e Yanomami.”(Cabalzar e Ricardo. 2006: 5)³.

Esta federação surge em uma assembléia geral de abril de 1987 mas suas origens estão entre 1970 e 1980⁴ com um começo de organização administrativa onde houve promoção de assembléias para debater a formulação de mapas das áreas indígenas de

¹ II ENADIR, GT 04- Antropologia, movimentos sociais e violência.

² Este número deriva de um documento da federação e não deve ser tomado como indicativo exato das atividades e do alcance da mesma. Ver-se-á que há uma intermitência das atividades das associações filiadas além de rupturas políticas que problematizam não somente o número mas também a caracterização destas associações como instituição fixa e delimitada.

³ Os vinte e dois povos são Tukano, Desana, Kubeo, Wanana, Tuyuca, Pirat-tapuia, Miriti-tapuia, Arapaso, Karapanã, Bará, Siriano, Makuna, Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena, Tariana, Hupda, Yuhupde, Dow, Nodob, Yanomami. (ibidem).

⁴ Como exemplo de uma das primeiras organizações na região ver Jackson (1989) sobre o CRIVA, conselho regional indígena do Uaupés, fundado em 1973 e que, na época na qual a autora escreve, fora descrito como enfrentando diversos problemas como a indiferença e hostilidade dos próprios indígenas que o conselho deveria representar.

Pari-Cachoeira, Iauretê, Taracuá, Içana e SGC⁵ e para reivindicar estudo e levantamento antropológico para delimitar e demarcar terras.

Sua organização interna conta com três instâncias deliberativas, a assembléia geral, o conselho diretor e a diretoria executiva. A assembléia geral, instância maior, acontece de dois em dois anos sendo que em seu quadriênio a reunião é eletiva. Pleito que desde 2002 tem como principal local de decisão as coordenadorias regionais e suas assembléias regionais uma vez que são nestas que os membros do conselho diretor e da diretoria são eleitos.

A FOIRN é um exemplo de uma forma política cujas origens são, de acordo com Sant'ana (2010), datadas entre a década de 1970 e 80. Esta forma referida concerne um fenômeno contemporâneo e disseminado entre os ameríndios das terras baixas conhecido como associações políticas indígenas. De acordo com estimativas levantadas em 2000, Silva (2010) afirma que na Amazônia brasileira emergiram trezentas e quarenta e sete destas organizações. Para se ter noção de como este número cresceu nas últimas décadas basta considerar que Albert (2000) contabilizou apenas dez associações antes de 1988 nas regiões do Alto e Médio Solimões, Manaus, Alto Rio Negro, Roraima.

Estas associações podem ser consideradas como fazendo parte do terceiro setor na forma de OSC's (organizações da sociedade civil) e têm sua evolução em conjunto com a globalização e temática do meio ambiente (Albert, 2000). Além disto, esta evolução é considerada como sendo inversamente proporcional à relação entre o Estado brasileiro e povos indígenas sob a forma de tutela, ou assistencialismo estatal⁶.

Resumidamente, tem-se nesta apresentação um objeto organizado em torno de dois eixos gerais. A FOIRN e as associações indígenas constituem o primeiro e trabalhos realizados pela etnologia da região do Alto Rio Negro o segundo.

A principal constatação que leva à formulação das questões que apresento aqui é que a FOIRN e as associações indígenas em geral seguem um tipo de organização normativa e

⁵ Entre 30/04/1984 e 4/05/84 ocorre a primeira assembléia indígena do Alto Rio Negro em SGC. Fonte: arquivo da FOIRN.

burocrática que até então os povos indígenas não operavam. Uma associação, para conseguir adentrar o mercado de projetos, se relaciona diretamente com o aparato legal brasileiro e suas exigências e princípios tais como o cadastro nacional de pessoa jurídica e as leis referentes aos indígenas. Sem o primeiro não se consegue financiamento, sem conhecimento do segundo perde-se voz política frente a setores da sociedade nacional que podem a vir ter interesses contrários aos dos povos indígenas.

Ademais, a sua organização interna e suas atividades com outras instituições como as organizações não governamentais e agências missionárias muitas vezes envolvem tal burocracia que Silva descreve como uma “racionalidade weberiana que se apresenta como um pesadelo kafkiano” (2010: 13). Ou seja, a constatação é de que se organizar através de associações não é algo feito integralmente através de conceitos e práticas indígenas.

Pode-se supor que a aplicação destas esferas burocráticas não se faz sem dificuldades, já que estudos conhecidos sobre políticas ameríndias indicam um descompasso entre nossa concepção de política⁷, que envolve noções como representação, eleição, assembleias, legislatura e as dos povos que essas organizações devem representar. Além disso, a assimilação e gestão de um modelo associativista com feições burocráticas pressupõem o domínio da língua portuguesa, de legislação e de relações interinstitucionais que regem o universo das entidades políticas da sociedade civil brasileira. Ou seja, percebe-se que há um conjunto de regras organizadas no qual uma associação se insere. Colocado isto, as associações indígenas parecem ter a presença de algumas propriedades que não figuram no senso de comunidade descrito por Overing (1991) onde há ausência

⁷ Lembro a caracterização de “sociedades contra o Estado” de Clastres [1980](2003) como exemplo dos descompassos que se pode pensar entre a “nossa” política e as deles. Há também Sahlins (2008) que critica a noção de natureza humana presente no ocidente moderno marcada por um individualismo egoístico e que, para nosso benefício, é sanado por instituições políticas como o Estado. Ao ignorar as relações de parentesco em sociedades não ocidentais onde a alteridade é incorporada pelo indivíduo em um mesmo ser, o ocidente traça um perfil da natureza humana em que a sociabilidade precisa ser necessariamente controlada por instituições de coerção, por isto teríamos o Estado.

de mecanismos para tomada de decisões corporadas, recusa de instituições de coerção e subordinação, fluidez estrutural ou informalidade e desdém às “normas sociais”⁸.

No entanto tais associações não são, e nem poderiam ser, meras aplicações mecânicas de um modelo exógeno, já que são compostas, dirigidas, e criadas por indígenas. Nesse sentido, é preciso pensá-las em conjunto com formas políticas ameríndias específicas das populações por elas representadas, a partir da hipótese de que se trata de transformações indígenas de um modelo não-indígena. Transformações que são constitutivas da tradição indígena e no qual a apropriação externa corresponde à inovação, ou aspecto quente da tradição indígena como afirma Carlos Fausto no prefácio de Gordon (2006).

Nesta direção, surge o ponto sobre quais seriam as transformações sendo realizadas pelos indígenas que trabalham junto à FOIRN. Em outras palavras, se a transformação é um pressuposto cosmoprático da tradição indígena (NuTI, 2003), quais são os problemas colocados pelos indígenas da região ao trabalhar através de uma associação indígena? Como afirma Sant’ana (2010: 19): “Falar de associações indígenas é falar das novas incorporações e ressignificações nativas a partir das especificidades de cada sociedade”. Assim a pesquisa levanta questões sobre o que são associações, quando surge esta forma de se organizar, quais são as apropriações indígenas desta forma e como os indígenas transformam as associações e também suas práticas que entram em contato com as associações.

Muitas vezes a FOIRN é descrita por seus membros como uma ponte entre as comunidades indígenas e instâncias exteriores a estas como os órgãos dos poderes estatais⁹, as organizações não governamentais que trabalham na área e pesquisadores que buscam trabalhar com as comunidades. Em sua dissertação de mestrado, Gersem Baniwa coloca a FOIRN “como elemento discursivo que articula distintos horizontes políticos e ideológicos de índios e não-índios” (Luciano, 2006:22).

⁸ Em consonância com a afirmação de Overing, Santos-Granero coloca um conjunto de regras bem estabelecido como algo “which native tropical American peoples seemed to be greatly averse to make” (2009:148).

⁹ Coloco estes no plural pois por estar em uma área de tríplice fronteira a federação lida com instâncias municipais, estaduais e federais não só brasileiras mas de países como a Colômbia e Venezuela.

Como exemplo, cito a seguinte passagem relatada por um grupo de pesquisadores que foi até a área pesquisar plantas medicinais e para quem Abrahão, presidente da gestão 2009-2012, perguntou “Rinaldo [guia local] vocês iam para as comunidades sem falar com a gente?”. Ao ouvir que o intuito era conversar antes com a FOIRN, o presidente diz “Ah bom. Porque um assunto desses precisa passar pela FOIRN, senão já ia começar errado” (Christante 2009: 23).

Para pesquisadores que estão começando a trabalhar na região, a federação pede que preencham um “formulário de cadastro para regulamentar as relações entre pesquisadores e índios no Rio Negro”. Neste pede-se a descrição da pesquisa, do destino do material, da contrapartida para a comunidade/povo garantindo a repartição de benefícios decorrentes da pesquisa, do orçamento, pergunta se o projeto já foi aprovado por comissões de ética e que se envie o trabalho em português para a FOIRN.

A região dos três municípios nos quais a federação trabalha está dividida em cinco sub-regiões e tem na diretoria um representante de cada uma. Este formulário de cadastro vai então para o diretor responsável pela área na qual a pesquisa será feita. Há também a rede de radiofonia e de barcos comunitários da federação que auxiliam no contato entre pesquisador-FOIRN-comunidade.

Este trabalho de mediação vai de acordo com seu estatuto, onde um objetivo da associação trata de

“Representar os interesses de suas associadas e das comunidades indígenas do Rio Negro junto aos órgãos, públicos ou privados, que direta ou indiretamente atuem na região do Rio Negro” (Estatuto de 2002. Art 2º, V).

Enquanto instituição formal e reconhecida por órgãos públicos¹⁰, a FOIRN tem um corpo de regras bem delimitado através de estatuto, organograma e organização de horários. A sede da federação está no centro de SGC e funciona das 07h30min às 17h30min de segunda a sexta. Foi durante este horário que trabalhei na minha pesquisa sendo que a maior parte do tempo foi passada no arquivo localizado na secretaria. Outros departamentos localizados na sede são: diretoria executiva, administração,

¹⁰ A FOIRN foi considerada de utilidade pública pela Lei 1832 de 30/12/1987 pelo governo do estado do Amazonas. A lei foi decretada pela assembléia legislativa e sancionada pelo governador Amazonino Mendes. A lei foi publicada no diário oficial do estado do Amazonas na data acima.

financeiro, comunicação, setor pessoal e de mulheres. Há ainda a maloca, o almoxarifado e a Wariró, loja de artesanatos que fica próxima à sede.

Como foi dito antes, nesta estrutura há três instâncias deliberativas da. A assembleia geral realizava uma eleição que até 2004 era um só processo onde todos filiados à FOIRN se reuniam em SGC e votavam para os cargos do conselho e para a diretoria. Nesta última a contagem de votos ranqueava suas cinco posições sendo o presidente o mais votado.

Durante a história da FOIRN, somente a posição de presidente foi constatada em todas as atas das assembleias eletivas. Constância que Andrello (2006) também nota na sequência das organizações indígenas que atuaram entre a década de 1980 e 90 em Iauretê. As demais posições variam sendo que atualmente a única posição destacada na diretoria é a de presidente. Os outros quatro membros da diretoria são oficialmente indistinguíveis. Digo oficialmente pois todos os diretores sabem e falam sobre a ordem de número de votos e sua posição na contagem final.

Na eleição de 2005, entram em jogo as cinco coordenadorias¹¹ que realizam assembleias regionais onde se decide quem será: da diretoria, um eleito por cada região; do conselho diretor, cinco membros de cada região; da coordenadoria sendo um coordenador, um vice, um tesoureiro e um secretário; da delegação que irá representar a coordenadoria à assembleia geral.

Após a votação regional cada área traz vinte delegados à assembleia geral sendo que um deles já está garantido, pois foi eleito em sua região, como diretor da FOIRN. Ou seja, com as coordenadorias a assembleia geral deixa de fazer a tarefa de decidir todos os cargos da FOIRN e passa a reunir cem delegados de cinco regiões para ver qual dos cinco pré-eleitos virá a ser o presidente.

¹¹ De acordo com o estatuto das coordenadorias, estas foram criadas para levantar problemas, acompanhar, capacitar lideranças das associações de base da FOIRN e então encaminhar aos órgãos públicos reivindicações para a solução dos problemas. As cinco coordenadorias e suas respectivas áreas de trabalho são: 1: CABC- coordenadoria das associações Baniwa e Coripaco, região dos Rios Içana e Ayari; 2:COITUA- coordenadoria das organizações indígenas do Baixo Rio Uaupés e Tiquié e seus afluentes; 3: COIDI- coordenadoria das organizações indígenas do distrito de Iauretê, região do Médio e Alto Uaupés e Papuri; 4:CAIMBRN- coordenadoria das associações indígenas do Médio e Baixo Rio Negro; 5: CAIARNX- coordenadoria das associações indígenas do Alto Rio Negro e Xié. Fonte: arquivo da FOIRN

No entanto, como vimos acima pela analogia da burocracia com um pesadelo kafkiano Silva (2010), esta organização formal nem sempre é prontamente incorporada pelas associações indígenas. Em um trecho da entrevista sobre a formalização das associações, Domingos afirma que:

“Bem, pra FOIRN isso é problema, porque hoje se temos 70 associações indígenas, ou mais ou menos, então entre suas 70, eu suponho que 20 associações tenham seu CNPJ regularizado. Dentro desses 20 nós vamos ver que quase todos estão inadimplentes”¹².

Já Erivaldo, diretor atual da FOIRN representante do Alto, Médio Uaupés e Rio Papuri diz:

“Nessa parte a nossa maior dificuldade acho que é muito mais na formação mesmo, formação de lideranças. Agente não tem, como se diz, uma formação de lideranças para acompanhamento nesta questão do movimento”.

Além disso, as lideranças apontam obstáculos econômicos, falta de motivação das lideranças locais quanto ao movimento indígena e falta de continuidade nos trabalhos de articulação política.

Assim se as normas institucionais podem, e são explicitadas e organizadas em estatutos e organogramas das associações e em leis referentes à constituição brasileira, o enfoque desta pesquisa é colocar como os indígenas envolvidos com a FOIRN entendem e aplicam esta base normativa nas suas atividades. Vejamos por exemplo a questão sobre representação.

A idéia de representação política no Estado Moderno concerne agir em nome dos representados que autorizam e outorgam aos representantes certas responsabilidades. De acordo com Bobbio, no regime democrático o representante trabalha “na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses” (2009:58). Na FOIRN, a representação parece apontar para uma política mais decidida por um coletivo.

Mesmo após ter sido escolhido e confiado enquanto representante, o discernimento próprio de que fala Bobbio parece não estar ligado a uma divisão entre os interesses do

¹² De acordo com um documento da federação de 2010, o número total de associações filiadas que tinham CNPJ era de quarenta e cinco. No entanto, este documento não traz a informação se estes CNPJs estão atualizados e regularizados.

representante e do representado. De Irineu Laureano Rodrigues, atual diretor representante dos rios Içana e Ayari, escutei que

“dentro da associação é aquela coisa que eu falei, agente [os diretores] não se sente representante pra responder e decidir pela maioria. Porque na aldeia, maloca, para qualquer decisão o pajé, o tuxaua sempre consulta os seus guerreiros qual vai ser o procedimento, de guerra, ou de alguns contatos. Então hoje agente continua mantendo essa linha. Para qualquer uma decisão, bom, vamos consultar a maioria, se acata ou não acata. Se dá para gente fazer, agente faz. Eu tenho isso no meu pensamento, quero fazer isso, vou fazer um projeto de fazer uma micro-usina por exemplo. Se a comunidade disser que não então não dá pra fazer.”

No estatuto da federação encontramos menções à representação nos capítulos sobre os objetivos, os sócios, as coordenadorias regionais e os órgãos de gestão interna. Em todos estes capítulos representar envolve necessariamente três categorias: representante, representado e perante que ou quem se representa. Como citado acima, um dos objetivos da FOIRN é representar as comunidades frente a órgãos públicos ou privados. Já as associações sócias da federação representam as comunidades na própria instituição. As coordenadorias regionais representam por sua vez as associações de base, ou sócias, também na FOIRN. Já a diretoria, órgão de gestão interna, representa a FOIRN em foros como congressos, audiências públicas e reuniões. Desta seqüência de frases elaborei o seguinte esquema:

Esquema I- Representação no estatuto da FOIRN.

REPRESENTANTE	REPRESENTADO	PERANTE QUE OU QUEM SE REPRESENTA
FOIRN	comunidades	órgãos públicos e privados
associação sócia, de base	comunidades	FOIRN
coordenadoria regional	associação sócia, de base	FOIRN
Diretoria	FOIRN	Foros

Vemos portanto que estas três categorias de representação tal como aparecem no estatuto são contextuais e guiadas por determinado objetivo. Este estatuto, de 2002 e que foi revisado e apresentado na IX Assembléia Geral ordinária da FOIRN em

novembro de 2010¹³, demonstra quão variados são os agentes com quem a federação interage. Sob um aspecto interno, consideremos as associações filiadas e as coordenadorias regionais.

O trabalho que resultou na reunião que fundou a federação em 1987 foi resultado de uma articulação entre a diretoria da União das comunidades indígenas do Rio Tiqué (UCIRT) e o governo federal brasileiro. A UCIRT possibilitou que o estabelecimento da primeira federação indígena do Brasil fosse debatido, idealizado, amadurecido, debatido e difundido para toda a região do triângulo Tukano, Pari-Cachoeira, Taracuí e Iauretê, para SGC e para a área Yanomami. Atualmente, o alcance da FOIRN é bem maior como mostra o crescimento no número de associações filiadas. Se no início dos anos 90 haviam 15 associações filiadas, hoje temos 89 sendo que 4 já aguardam a próxima assembleia geral para também se juntarem à FOIRN.

Em 1993 é assinado o primeiro termo de parceria FOIRN- Aliança pelo Clima no qual recursos significativos são alocados para a federação desenvolver alternativas econômicas sustentáveis e estruturar-se como instituição. É nessa época que as associações filiadas à FOIRN têm um crescimento expressivo saindo de 15 associações filiadas para 45¹⁴. Desta época as lideranças entrevistadas lembram que havia recursos para a infra-estrutura das associações e as associações que já existiam receberam materiais como radiofonia, voadeiras, motores, materiais para construção, kits de material para escritório etc.

Mas tal apoio não conseguiu acompanhar a quantidade e a velocidade nas quais surgiam novas associações. Sobre esta época, Abrahão afirma

“Até me lembro muito bem, na época quando eram poucas associações, dentro do próprio orçamento da FOIRN existia orçamento para as assembleias das associações, para alguma questão assim urgente nós tínhamos apoio. Quando pulou pra 30, acabou.”

¹³ Pela ata desta reunião, vê-se que esta revisão consistiu em acrescentar itens como “promover ações de Assistência Técnica e Extensão Rural indígena (ATER indígena) para as comunidades e povos indígenas”, em revisões das próprias palavras como substituir garimpo por atividade mineral e suprimir a palavra raça além de discutir a contribuição das associações filiadas para o fundo da FOIRN. O novo estatuto deve ser oficializado na próxima assembleia geral em 2012.

¹⁴ Através de relatórios anuais da FOIRN consegue-se traçar em linhas gerais o número de associações filiadas. Em 1992 a FOIRN tem 16 associações sócias, em 1997 o número é de 26 associações filiadas. Em 2000 havia 46 e três anos depois, 2003, havia 49. Logo em seguida, 2004, este número vai para 68.

É a partir então deste primeiro crescimento das associações que a federação, fundada para unir, começa trabalhar rumo à descentralização. De acordo com Maximiliano

“O início deste trabalho de descentralização é em 93, antes de 2002. O conhecimento dos parentes do clã, a proximidade com eles fez com que decidissem que cada um trabalhasse na sua área. Oficialmente foi em 2002, mas a idéia era dividir representações e tarefas, pois o presidente não tinha como cuidar de todos. A representação era uma forma de entender a linguagem local.”

A referência que o diretor faz a 2002 é a criação das coordenadorias regionais que trouxeram uma significativa mudança organizacional à FOIRN.

As coordenadorias foram estabelecidas para que a federação pudesse auxiliar e acompanhar sua base. Em outras palavras, a coordenação por estar mais próxima às associações de base facilitaria os trabalhos entre estas e a FOIRN. No entanto, esta noção de representação traz dificuldades como atestam os três depoimentos a seguir. Abrahão aponta duas dificuldades das coordenadorias, sobre a representação destas ele diz

“Não acontece, não acontece por não ter condições de deslocamento, financeiramente. E também as pessoas não entendem, embora agente tenha conversado muito, “olha ele vai representar agente, está representando agente”. Mas ainda não há esse entendimento, eles querem a presença da pessoa”.

A importância da presença do diretor também é mencionada por Irineu que afirma

“eu acho que praquela comunidade que fica lá na ultima regiãozinha se sentir representada é ter mais presença mesmo do diretor que atualmente está, como agente fala, está no mandato trabalhando na FOIRN, acho que isso seria melhor”.

Já Maximiliano aponta para uma falta de entendimento do papel das coordenadorias, de acordo com ele

“As coordenadorias foram feitas pra ajudar a representação na base, você pode ver que no organograma a coordenação se iguala a diretoria. Mas na assembleia você vê que eles não entendem que o coordenador é tão poderoso quanto o presidente. Ainda fica uma idéia de que presidente é o que pode fazer alguma coisa. O pessoal reclama da falta do presidente na assembleia mesmo com o coordenador lá.”

Em suma, a noção e a aplicação da representação na FOIRN aparecem como mais complexas do que o esquema I acima coloca. Se por ele consegue-se separar três instâncias, os desafios que a federação enfrenta mostram que tal divisão não é entendida e operada diretamente. A presença do representante, de preferência o de mais alto escalão, a disponibilidade de recursos financeiros e de infra-estrutura e o apoio técnico da federação na formulação e execução dos projetos são algumas questões que permeiam o ato de representar nesta associação.

Outro aspecto que vai além do estatuto é um tema bastante discutido pela antropologia da região, a hierarquia. Como diz Domingos “nós vivemos num mundo, num sistema hierárquico nosso”. Antes de falar sobre hierarquia na federação vejamos algumas considerações desta temática na região.

Como foi mencionado acima, a relação entre grupos é hierarquizada conforme a ordem de nascimento dos ancestrais de cada um dos grupos. Goldman (1963) explica a hierarquia através da narrativa mítica onde a trajetória da cobra-canoa subiu do Lago de Leite até as cachoeiras do Uaupés. Ao longo do percurso a cobra foi deixando partes de seu corpo que formam os sibs e estabelecem as posições superiores ou inferiores dos mesmos. Em outras palavras, os sibs de uma fratria estão relacionados por serem todos descendentes da cobra-canoa.

O mito fundador dos grupos sociais no Noroeste Amazônico é também considerado por Joanna Overing (2002) ao afirmar que a segmentação do corpo da sucuri ancestral fornece um padrão conceitual para a divisão dos sibs patrilineares dentro de um grupo exogâmico. Este grupo não é único para todos integrantes da sociedade e também tem sua origem no tempo mítico quando o sol deu luz a três sucuris ancestrais, céu, terra e água. Nesta divisão cada cobra representa um grupo exogâmico.

Com o intercasamento destes grupos, surgiu a sociedade. No entanto, a autora aponta para o perigo potencial da interação entre estes grupos. Perigo este que é superado pela reciprocidade. Esta relação é estrutural para a autora e responsável por uma filosofia da relação entre coisas iguais e diferentes. O diferente não apresenta aqui um perigo. Portanto, a autora analisa a hierarquia através da reciprocidade entre grupos distintos o que resulta na hierarquia como um sinal de diferença e não uma marca da desigualdade social.

Há ainda outras manifestações das hierarquias no Alto Rio Negro como lembra Lolli (2010) através de uma constatação de Robin Wright sobre os Baniwa. Este povo nem sempre organiza a hierarquia pela ordem de nascimento dos ancestrais dos grupos. No caso dos clãs Hohodene e Walipere-dakenai, a hierarquia baseia-se na posição relativa dos astros no céu.

Em suma, a hierarquia nesta região não deve ser considerada de maneira unívoca e sim através de perguntas como quem está falando de hierarquia e em qual contexto. Trata-se

menos de uma “linguagem” e mais de uma “linguagem” (Wagner [1975] 2010). Esta primeira concepção é marcada por reduzir tudo a convenções, por categorizar as relações. Já a linguagem de que nos fala o autor mostra uma dialética entre os modos de simbolização coletivizante e diferenciante.

Ao considerar as hierarquias sociais no contexto das associações políticas, Andrello (2008b: 82) diz que o último foi

“influenciado, talvez decisivamente, por disputas locais que se pautaram por distinções hierárquicas, nas quais o agnatismo e as alianças entre as unidades pré-existentes no sistema social uaupesiano desempenharam um papel nada desprezível”.

Na época do surgimento da FOIRN, uma das bases do triângulo Tukano, Iauretê, foi palco de uma disputa entre os fundadores da UCIDI, Organização das Comunidade Indígenas do Distrito de Iauretê, e os fundadores da UNIDI, União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauretê. Se os primeiros, homens dos clãs superiores dos Tariano, apoiavam o projeto “Colônias Indígenas” dos militares brasileiros envolvidos com o projeto “Calha Norte”, para os últimos a idéia de separar a região do Uaupés “chocava-se, de maneira geral, com as concepções locais acerca das origens, crescimento e fixação dos vários grupos pelo território” (ibidem: 88).

Com a constituição de 88, o decreto que criou as ‘Colônias Indígenas’ se tornou obsoleto e os militares não conseguiram cumprir promessas como hospitais e pistas de pouso. Assim a UCIDI se desarticulou, perdeu força política e foi desmoralizada e deixa de existir. Neste contexto abre-se então aos membros de clãs mais baixos novas perspectivas onde agentes externos os consideram equivalentes, no sentido de manejar relações simbólicas antes monopolizadas pelos clãs superiores. Pois, como diz Andrello (ibidem: 90) “ser presidente dessas organizações significa ainda hoje ocupar o cargo de ‘líder geral’ de Iauretê, uma posição criada bem antes do surgimentos de organizações indígenas”.

No levantamento que fiz sobre os diretores da FOIRN observa-se que lideranças da etnia Baré ocuparam o cargo de presidente em cinco mandatos somando dezoito anos¹⁵, enquanto lideranças Tukano e Tariano ocuparam a presidência por quatro anos cada um.

¹⁵ Contabilizo aqui o mandato ainda não finalizado de 2009 a 2012 que é presidido por Abrahão, índio Baré.

As etnias presente neste quadro de diretores são, além das três acima mencionadas, Pira-Tapuia, Dessana, Baniwa.

Sobre a FOIRN, observa-se que não é por simples transposição de uma regra de hierarquia, esta por sua vez longe de ser unívoca como atestam os estudos acima, que se busca entender a organização política da federação. Em uma questão das entrevistas sobre se os grupos considerados mais altos hierarquicamente teriam mais facilidade de chegar à diretoria encontramos respostas que diferem de acordo com o entrevistado. Diferença que é encontrada também no levantamento das etnias de presidentes da FOIRN onde grupos que não formulam noções hierárquicas, como os Baré, ocupam esta posição.

Sobre a hierarquia, Abrahão afirma:

“Eu estava em uma reunião e agente se apresentando e tal, era uma comunidade Tukano, e tinha um Tukano que era da classe maior. Aí outro cara na hora de se apresentar na roda disse “eu sou Tukano” e esse cara que é irmão mais velho, irmão sei lá, do clã maior falou assim pra ele “se você é Tukano então fala em Tukano.” O cara teve que obedecer. E entre nós, isso não existe, eu digo que sou Baré, agente não fala mais Baré fala Nhengatu, mas eu me apresentando não tem nenhum que vai me obrigar a falar. Neles eu vi isso muito forte.”

Em suma, a federação acaba trazendo para si uma temática das cosmologias rionegrinas apesar de não explicitá-la em sua face normativa-burocrática como o estatuto. Com isso, novas lideranças surgem e uma antiga temática vai ganhando cores e formas antes inexistentes.

Sobre novas posições sociais Andrello (2006: 159) afirma

“Ser professor, funcionário público ou soldado em Iauretê são, com efeito, posições que em nada parecem ficar a dever a outras categorias mais tradicionais, por assim dizer, como “irmão maior” ou chefe””.

Ao analisar as novas lideranças políticas, aquelas que se tornaram lideranças através do movimento indígena e das associações, Luciano (2006: 15) considera que são “lideranças que não seguiram os processos sócio-culturais próprios para chegarem ao posto”. Para o autor há as lideranças tradicionais, responsáveis por representar, articular e defender os interesses do seu povo, fratria, clã e sib cuja responsabilidade é herdada dos pais, e as lideranças políticas que geralmente exercem funções mais específicas e

são intermediários entre as comunidades indígenas e a sociedade regional, nacional e internacional.

Ou seja, parecer haver esta distinção entre as lideranças das associações e as lideranças “tradicionais” o que não necessariamente isola as categorias, mas traz discussões sobre que tipo de gestão uma associação indígena deve buscar? Qual o ponto do diálogo entre lideranças novas e antigas que a FOIRN se propõe a fazer?

Como conclui Domingos

“Sem ter abertura o movimento indígena como a FOIRN, ela pode ir pra nenhum lugar. Talvez ficar somente com uma cara que talvez não esteja com raízes que os mais velhos poderiam...”.

Já Irineu, em uma declaração que nos lembra a descrição do chefe clastriano (Clastres [1980] 2003) afirma

“Nós que somos lideranças hoje nós somos eleitos. Vocês nos elegeram pra representar vocês. Então nós não somos chefes, nós somos empregados de vocês”.

Bibliografia:

ALBERT, Bruce. 2000. “Organizações na Amazônia”. Artigo localizado no site [:http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/na-amazonia-brasileira](http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/na-amazonia-brasileira). Acessado em 14/06/2011

ANDRELLO, Geraldo. 2006. *Cidade do índio. Transformações e cotidiano em Iauretê*. São Paulo: Editora UNESP: ISA. Rio de Janeiro: NuTI.; 2008a. “Narradores indígenas do Rio Negro (ou antropologia faça você mesmo)”. MS.; 2008b. “Política indígena no rio Uaupés: hierarquias e alianças”. *Teoria & Pesquisa, revista de ciências sociais*. Vol XVII n. 02. Jul/dez 2008.

BOBBIO, Norberto. 2009. *O Futuro da Democracia*, 11 ed., trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra.

CABALZAR, Aloisio e RICARDO, Carlos Alberto. 2006. *Povos indígenas do Rio Negro, uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia Brasileira*. São Gabriel da Cachoeira. FOIRN. ISA.

CLASTRES, Pierre. 2003. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify.

GOLDMAN Irving. 1963. *The cubeo, indians of the northwest amazon*. Chicago: University of Illinois Press.

GORDON, César. 2006. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI.

LOLLI, Pedro. 2010. *As redes de trocas rituais dos Yuhupdeh no igarapé castanha, através dos benzimentos e das flautas jurupari*. Tese de doutorado.PPGAS- FFLCH. USP, São Paulo.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. 2006. "Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar": experiências dos povos indígenas do alto Rio Negro. Dissertação de Mestrado. UnB.

NUTI. 2003. "Transformações Indígenas: os regimes de subjetivação ameríndios à prova da história". Rio de Janeiro/Florianópolis: Projeto PRONEX. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/34784794/TRANSFORMACOES-INDIGENAS-os-regimes-de-subjetivacao-amerindios-a-prova-da-historia/> . Acesso em 30/06/2011.

OVERING, Joana. 1991. "A estética da produção: o senso da comunidade entre os Cubeo e os Piaroa", in *Revista de Antropologia*, pp. 7-34.; 2002. "Estruturas Elementares de Reciprocidade - Uma nota comparativa sobre o pensamento sócio-político nas Guianas, Brasil Central e Nordeste Amazônico". Trad, Renato Sztutman. Rev, Sylvia Caiuby Novaes. Cadernos de Campo, n. 10, p.p 121-138.

SANT'ANA, Graziella Reis de. 2010. *História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.IFCH Unicamp.

SILVA, Marcio. 2010. "Organizações indígenas na Amazônia Brasileira, um rápido sobrevôo". Ponto Urbe. Ano 4. Artigo localizado no site: <http://www.pontourbe.net/edicao7-artigos/127-organizacoes-indigenas-na-amazonia-brasileira-um-rapido-sobrevoo>. Acessado em 12/06/2011.

WAGNER, Roy. [1975]2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.